

UM PASSO NA DIREÇÃO DO USO DE FERRAMENTAS DEMOCRÁTICAS NO ÂMBITO INTERNACIONAL: A EXPERIÊNCIA DOS DIÁLOGOS PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RIO+20¹

Luísa Cortat Simonetti Gonçalves²

RESUMO

O presente artigo se propõe a descrever a estrutura e funcionamento dos Diálogos pelo Desenvolvimento Sustentável, ocorridos durante a Conferência das Nações Unidas pelo Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), para então confrontá-lo com algumas ferramentas já existentes em sistemas democráticos. Procura-se concluir, primeiramente, se se tratou, de fato, de uma experiência democrática no âmbito internacional e, depois, em que medida ela atendeu a essa proposta. Para tanto, passa-se pela descrição propriamente dita, para então tratar brevemente do instituto das audiências públicas e, em seguida, da inclusão digital, para chegar ao tópico em que se debate a democracia a partir dos diálogos na Rio+20. O que se percebe é que tal experiência significou um avanço no sentido da democracia em âmbito internacional, por meio da tentativa de inserção de instrumentos típicos da democracia participativa e da democracia deliberativa em um âmbito que é tradicionalmente regido pela representação, mas que há muito ainda a ser feito e algumas indicações podem até ser retiradas das críticas aos Diálogos.

PALAVRAS-CHAVE

Rio+20; diálogos; democracia; participação popular.

¹ Artigo científico apresentado ao Programa de Pós Graduação – Mestrado – da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), como parte integrante das atividades da Disciplina “Direitos Políticos e Teorias Democráticas”, ministrada pelo prof. Dr. Adriano Sant’Ana Pedra.

² Mestranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela FDV, bolsista da FAPES; Licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra e Graduada em Direito pela FDV; Graduada em Física pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. E-mail: luisacs@gmail.com.

A STEP IN THE DIRECTION OF THE USAGE OF INTERNATIONAL DEMOCRATIC TOOLS: THE EXPERIENCE OF THE DIALOGUES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN RIO+20

ABSTRACT

This article aims to describe the structure and operation of the Dialogues for Sustainable Development, that took place during the United Nations Conference on Sustainable Development (Rio+20), in order to confront it with some tools that already exist in democratic systems. It seeks to conclude, first of all, if it was, indeed, an international democratic experience and, then, in which way it fulfilled such purpose. For that, it passes by the description itself, then by a brief analysis of public audience and digital inclusion institutes, in order to achieve the topic in which the democracy is debate from Rio+20 dialogues. It is possible to realize that such experience meant a progress in the way to democracy internationally, by trying to insert instruments that are typical of participative democracy and of deliberative democracy in a context that is traditionally ruled by representation, but there is still a lot to be done and some indications can even be taken from the critics to the Dialogues.

KEY WORDS

Rio+20; dialogues; democracy; popular participation.

INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que o sistema democrático é hoje o mais utilizado, seja concretamente seja como engodo legitimador de certas práticas. O objetivo de seu uso não é o foco deste trabalho; a premissa aqui é que, independentemente disso, esse sistema busca, de fato, uma maior legitimidade das decisões, em sua maioria, políticas, por meio da tentativa de maior participação popular possível, tentativa a qual se dá pelas mais diversas ferramentas.

Entretanto, as iniciativas democráticas e suas aplicações são comumente observadas apenas no interior dos Estados Nação, o que significa que somente aqueles países com ideais democráticos (ao menos em tese) procuram realizá-las.

Assim, o que parece não estar condizente com a atual conjuntura mundial é justamente verificar que, em tempos de integração econômica, política, social e até cultural cada vez maior, as ações que buscam a participação popular continuam restringindo-se local ou regionalmente. Pouca ou nenhuma iniciativa nesse sentido é feita no âmbito internacional.

Por isso é que chama a atenção a ideia do governo brasileiro, por meio do Itamaraty, de realização dos Diálogos pelo Desenvolvimento Sustentável durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+20. Por meio desses Diálogos, qualquer pessoa, do mundo inteiro, pôde interagir, em menor ou maior grau. Isso explica em grande parte a motivação do presente artigo em procurar analisar os aspectos democráticos e em que medida estes de fato ocorreram nessa experiência.

As etapas seguidas aqui foram de descrição da forma de funcionamento dos Diálogos para depois confrontá-los com alguns institutos democráticos existentes, procurando, dessa forma, destacar que avanços esse acontecimento representou, mas também, por outro lado, que limitações ele enfrentou. Destaque-se que são realizadas comparações com as audiências públicas e com a tecnocracia, a partir, respectivamente, da participação do público em geral, presencial ou não, e dos debates entre os especialistas em casa um dos assuntos. Outro aspecto salientado foi o da inclusão digital, vez que a internet figurou como principal meio de acesso aos cidadãos.

1 DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO E RESULTADOS DOS DIÁLOGOS PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RIO+20

Procura-se aqui explicar brevemente, de acordo com a perspectiva da autora, que esteve presente aos eventos no Riocentro, e com destaque para os pontos mais relevantes para o presente trabalho, o funcionamento desses diálogos. Entretanto, um documento oficial explicativo, em inglês, está disponível no endereço eletrônico www.rio20.gov.br.

Antes do início da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, foram abertas votações na internet (por meio do endereço eletrônico www.riodialogues.com) acerca de dez temas sobre desenvolvimento sustentável considerados mais relevantes para os debates que tomariam espaço durante a Conferência.

Conforme explicado na página mencionada, os participantes puderam votar por tantas quantas recomendações desejassem em tantos tópicos quanto apoiassem. Os tópicos e recomendações foram apresentados em ordem randômica, de forma a prevenir tendências na interface da pesquisa. Além disso, os valores apresentados por segmentos de votação são significativos para uma margem máxima de 2,5% de erro com um nível de confiança de 95%.

Destaque-se, ainda de acordo com o disposto na página na internet, que os resultados preliminares apresentados posteriormente, não pretenderam significar uma completa representação da opinião mundial, mas uma indicação de percepções acerca da natureza e distribuição do apoio público a várias ações propostas sobre o desenvolvimento sustentável.

Nessa etapa (Rio+20, 2012a), mais de 10.000 participantes de 203 países geraram 843 recomendações e, a partir daí, “mais de 63.000 pessoas de 193 países deram cerca de 1,4 milhão de votos”.

Prosseguindo no procedimento utilizado, importante pontuar que as recomendações mais votadas em cada um dos dez itens já foram, automaticamente, levadas como uma das três recomendações a serem apresentadas aos chefes de Estado.

Encerradas as votações, o passo seguinte foi a realização dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável como evento oficial da Conferência, que ocorreram entre os dias 16 e 19 de junho de 2012. Foi um evento para cada tema, todos com a mesma estrutura, qual seja, dez painelistas, um mediador e alguns facilitadores.

Após as falas dos painelistas e perguntas e participações do público presente ao Riocentro, que, segundo informações do site oficial da Rio+20 (2012a) registrou uma média

de 1300 pessoas por painel, a audiência votava em três das recomendações levadas a esta etapa (as dez mais votadas na internet) e a mais votada pelo plenário era a segunda a ser encaminhada para os chefes de Estado.

A terceira e última recomendação era escolhida pelos painelistas, podendo sair dentre as dez mencionadas ou ser um novo enunciado, por eles formulado.

Passa-se agora à elucidação das recomendações e dos participantes dos painéis (informações disponíveis em www.rio20.gov.br e www.riodialogues.com).

No dia 16 de junho, das 10:00 às 13:30, aconteceu o primeiro painel, sobre “Desemprego, trabalho decente e migrações”, contando com a participação dos painelistas Kersten-Karl Barth, diretor global de sustentabilidade da Siemens, Sharan Burrow, secretária-geral da Confederação Sindical Internacional (ITUC), Carmen Helena Ferreira Foro, secretária de mulheres trabalhadoras rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), James K. Galbraith, professor na Universidade do Texas, Daniel Iliescu, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Huilin Lu, professor na Universidade de Pequim, Nana Fosu Randall, fundadora e presidente do Vozes das Mães Africanas (VAM), Ivana Savic, coordenadora do CSD Youth Caucus, Maurice Strong, secretário-geral da Conferência de Estocolmo e da Conferência do Rio, e Deborah Wince-Smith, presidente da Council Competitiveness. Como mediador, atuou Jonathan Watts, jornalista no The Guardian do Reino Unido, e como facilitadores estiveram presentes Stephen Hamilton, da Cornell University, Eduardo Luiz Gonçalves Rios-Neto, da Universidade Federal de Minas Gerais, e Neville Yang, da University of the West Indies.

Para esse painel, as recomendações mais votadas na internet, nesta ordem, foram³:

³ Tradução livre. No original:

1. Put education in the core of the Sustainable Development Goals agenda.
2. Ensure all jobs and workplaces meet minimum safety and health standards.
3. Improve human capital by promoting access to health, including reproductive health, investment in education and empowerment of women.
4. Governments to commit to a Social Protection and Decent Work for all goal by 2030, including access to health, unemployment, ill health, maternity, child protection and disabled people
5. Advance women’s empowerment principles as a way to advance the sustainable development agenda.
6. Create a strategy for jobs and employment leveraging the green economy for investment, training and retraining for employability.
7. Include care for aging populations in the international framework for sustainable development.
8. Compel national governments to respect the human rights of migrants in Temporary Foreign Worker programs..
9. Set national goals for green jobs based on assessments in terms of current and potential value , gender dimension, working conditions and other aspects of the decent work agenda.
10. Establish a mechanism under the United Nations, similar in function to the World Trade Organization, to negotiate a lowering of barriers to immigration and to allocate environmental migrants equitably among countries able to receive them.

1. Colocar a educação no centro da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
2. Garantir que todos os trabalhos e locais de trabalho tenham um mínimo de padrão de segurança e saúde.
3. Melhorar o capital humano promovendo acesso à saúde, incluindo saúde reprodutiva, investimento em educação e empoderamento das mulheres.
4. Governos devem se comprometer a uma meta de Proteção Social e Trabalho Decente para todos até 2030, incluindo acesso à saúde, desemprego (sic), maternidade, proteção à criança e pessoas com deficiência.
5. Avançar nos princípios de empoderamento das mulheres como um meio de avançar na agenda do desenvolvimento sustentável.
6. Criar uma estratégia para empregos alavancando a economia verde para investimento, treinamento e reciclagem para a empregabilidade.
7. Incluir o cuidado ao envelhecimento das populações no cenário global para o desenvolvimento sustentável.
8. Compelir os governos nacionais a respeitar os direitos humanos dos migrantes em programas de trabalho temporário.
9. Estabelecer metas nacionais para trabalhos verdes baseadas em avaliações em termos de valor corrente e potencial, dimensão de gênero, condições de trabalho e outros aspectos da agenda do trabalho decente.
10. Estabelecer um mecanismo nas Nações Unidas, similar em funções ao da Organização Mundial do Comércio, para negociar a diminuição de barreiras à imigração e para alocar os refugiados ambientais equitativamente entre os países capazes de recebê-los.

A recomendação escolhida pelo público presente foi a de número 4 e, em seguida, pelos painelistas, a de número 8.

Já o segundo painel, sobre “Desenvolvimento Sustentável como resposta às crises econômica e financeira”, aconteceu no mesmo dia, das 14:30 às 18:00, e teve a presença dos painelistas Yilmaz Akyuz, economista-chefe do South Center, Fabio Barbosa, presidente executivo da Abril S.A., Marcela Benitez, fundadora e diretora da Associação RESPONDE, Enrique Iglesias, secretário geral da SEGIB e ex-presidente do Banco Interamericano (1988-2005), Caio Koch-Weser, do Deutsche Bank Group, Herman Mulder, presidente da Global Reporting Initiative, Kate Raworth, pesquisadora na Oxfam, Jeffrey Sachs, diretor do The

Earth Institute na Universidade de Columbia, Maria da Conceição Tavares, professora na UFRJ, e Shi Wang, fundador e presidente da China Vanke Co. Ltd., bem como dos facilitadores Wagner Ribeiro, da Universidade de São Paulo, Laurence Tubiana, da Science Po, e Shiqiu Zhang, da Universidade de Pequim. O mediador aqui foi Luis Nassif, da TV Brasil.

Neste caso, as dez mais votadas virtualmente foram as seguintes⁴:

1. Promover reformas tributárias que incentivem a proteção ambiental e beneficiem os pobres.
2. Caminhar rumo a uma economia verde deve se tornar agenda da política estratégica econômica para atingir o desenvolvimento sustentável.
3. Educar futuros líderes sobre desenvolvimento sustentável.
4. Criar uma tarifa em transações financeiras internacionais visando contribuir com um Fundo Verde para a promoção de trabalhos verdes e tecnologias limpas.
5. Estimular as empresas a adotar padrões sustentáveis, como os princípios do Compacto Global das Nações Unidas.
6. Promover a redução da desigualdade como meta principal na agenda das organizações internacionais.
7. Banir o uso do Produto Interno Bruto (PIB) como medida do progresso social.
8. Promover a colaboração entre setores e a nível local para enfrentar crises financeiras.
9. Novas instituições deveriam ser criadas para gerenciar provisões globais e adotar modelos econômicos base comuns.
10. Promover mecanismos de pagamento de ecoserviços.

A recomendação 4 foi encaminhada por indicação do público presente ao diálogo, e os especialistas preferiram a recomendação “adotar metas de desenvolvimento sustentável

⁴ Tradução livre. No original:

1. Promote tax reforms that encourage environmental protection and benefits the poor
2. Moving towards a green economy must become a strategic economic policy agenda for achieving sustainable development.
3. Educate future leaders about sustainable development (PRME Initiative)
4. Create a tax on international financial transactions with a view to contributing to a Green Fund in charge of promoting decent jobs and clean technologies.
5. Encourage businesses to adopt sustainability standards, such as the United Nations Global Compact principles
6. Promote inequality reduction as a major goal in the agenda of international organizations
7. Ban the use of Gross Domestic Product (GDP) as a measure for social progress
8. Promote collaboration across sectors and at the local level to address financial crises
9. New institutions should be created to steward and manage the global commons and adopt commons-based economic models.
10. Promote Ecoservices Payment Mechanisms

compartilhadas pelos governos, sociedade civil e empresas, cujos princípios seriam compartilhados”.

O terceiro painel, também em 16 de junho, mas das 18:30 às 22:00, por sua vez, teve como tema o “Desenvolvimento Sustentável para o combate à pobreza”. Os painelistas aqui foram Manish Bapna, presidente interino do World Resources Institute, Severn Cullis-Suzuki, do Conselho de Administração da Fundação David Suzuki, Lourdes Huanca, presidente da Federação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Artesãs, Indígenas, Nativas e Assalariadas do Peru, Márcia Lopes, professora e ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Boaventura Santos, professor na Universidade de Coimbra, Pavan Sukhdev, fundador e CEO da Gist Advisory, Judith Sutz, professora na Universidade da República do Uruguai, Marcos Terena, presidente do Comitê Intertribal do Brasil, Victor Trucco, presidente de honra da Associação Argentina de Produtores de Plantio Direto, e Tuan Yang, diretora do Centro de Estudos de Políticas Sociais da Academia Chinesa de Ciências Sociais. Os facilitadores foram Adrian Ely, da Sussex University, Eun Mee Kim, da Ewha Womans University, e Rodrigo Medeiros, da UFRRJ, e atuou como mediador Fred Sam Lazaro, da PBS.

Reproduz-se, então, as dez recomendações mais votadas na internet⁵:

1. Promover educação global para erradicar a pobreza e para atingir o desenvolvimento sustentável.
2. Promover inovações *grassroot* para combater a pobreza e atingir o desenvolvimento sustentável.
3. Garantir saúde universal para atingir o desenvolvimento sustentável.
4. Integrar igualdade social na concepção e desenvolver serviços e sistemas de saúde pública.
5. Realçar a cooperação sul-sul (países em desenvolvimento) na proliferação e desenvolvimento de tecnologia limpa.

⁵ Tradução livre. No original:

1. Promote global education to eradicate poverty and to achieve sustainable development.
2. Promote grassroot innovations to fight poverty and achieve sustainable development.
3. Ensure universal health coverage to achieve sustainable development.
4. Integrate social equity in the design and delivery of public health services and systems.
5. Enhance south-south (developing countries) cooperation in clean technology proliferation and development.
6. Ensure economic empowerment to promote self-reliance.
7. Advance gender and sexual orientation rights as an instrument to promote sustainable development.
8. Promote the use and transfer of latest technology as a means to advance sustainable development.
9. Reduce poverty by promoting biocultural diversity, linguistic rights, intercultural dialogue and by means of a neutral international language.
10. Consolidate the principle of non-regression as a key principle for environmental and social policies.

6. Garantir o empoderamento econômico para promover autoconfiança.
7. Avançar em direitos de gênero e orientação sexual como um instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável.
8. Promover o uso e a transferência das últimas tecnologias como meio para avançar no desenvolvimento sustentável.
9. Reduzir a pobreza promovendo diversidade biocultural, direitos linguísticos, diálogos interculturais, por meio de uma linguagem internacional neutra.
10. Consolidar o princípio do não-retrocesso como princípio chave para políticas ambientais e sociais.

As recomendações vencedoras neste diálogo foram, respectivamente, as de número 3 e uma nova, no sentido de avançar para a igualdade e para o conhecimento tradicional.

O quarto painel, que ocorreu em 17 de junho, das 10:00 às 13:30, versou sobre “A economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo”. Este contou com os painelistas Gro Harlem Brundland, ex-primeira-ministra da Noruega, Juan Carlos Castilla-Rubio, CEO da Planetary Skin Institute, Thomas Heller, Diretor-Executivo da Iniciativa de Política Climática, Elisabeth Laville, diretora da agência UTOPIES, Helio Mattar, presidente do Instituto Akatu e co-fundador do Instituto Ethos, Enase Okonedo, reitora da Lagos Business School, Rubens Ricupero, ex-secretário-geral da UNCTAD, Kelly Rigg, diretor-executivo da Campanha Global de Ações pelo Clima, Ignacy Sachs, professor do Centro de Pesquisa sobre o Brasil Contemporâneo – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, e Mathis Wackernagel, co-fundador e diretor-executivo da Global Footprint Network. Contou, ainda, com os facilitadores Yousef Bakr, da Universidade de Petra, e Renato Flores, da Fundação Getúlio Vargas, e com o mediador Joseph Leahy, do Financial Times.

Para esse tema, as dez recomendações mais votadas foram⁶:

⁶ Tradução livre. No original:

1. Phase out harmful subsidies and develop green tax schemes.
2. Promote a holistic approach to sustainable development, taking into account environmental, economic, political and social aspects.
3. Promote principles for a green and fair economy.
4. Include environmental damages in the Gross National Product (GNP) and complement it with measures of social development.
5. Put a price-tag on natural resources, so that they are not economically invisible.
6. Adopt carbon standards and use renewable resources as a means to stimulate and strengthen local economies.
7. Use health related indexes to measure progress towards sustainable development.
8. Promote Sustainable Public Procurement worldwide as a catalyst for sustainable patterns.

1. Eliminar gradativamente os subsídios nocivos e desenvolver regimes fiscais verdes.
2. Promover uma abordagem holística para o desenvolvimento sustentável, levando em consideração aspectos ambientais, econômicos, políticos e sociais.
3. Promover princípios para uma economia verde e justa.
4. Incluir danos ambientais no Produto Interno Bruto (PIB) e complementá-lo com medidas de desenvolvimento social.
5. Colocar etiqueta de preço em recursos naturais para que não sejam economicamente invisíveis.
6. Adotar padrões de carbono e usar recursos renováveis como meio de estímulo e fortalecimento das economias locais.
7. Usar índices relacionados à saúde para medir o progresso no sentido do desenvolvimento sustentável.
8. Promover Compras Públicas Sustentáveis ao redor do mundo como um catalisador para padrões sustentáveis.
9. Convocar uma comissão das Nações Unidas para definir Indicadores Chave de Desempenho sobre o capital natural que possa ser integrado na contabilidade do Produto Interno Bruto.
10. Realizar uma conferência internacional sobre governança global em 2013.

Os tópicos indicados pelo público presente e pelos debatedores foram, respectivamente, o 4 e o 9.

No quinto painel, das 14:30 às 18:00 do dia 17 de junho, discutiu-se o assunto “Florestas”. Compuseram a mesa de debate Bertha Becker, professora na UFRJ, Estebancio Castro-Diaz, secretário-executivo da Aliança dos Povos Indígenas e Tribais das Florestas Tropicais, Christian Del Valle, fundador e manager da Althelia Fundo Clima, André Giacini Freitas, diretor-executivo do Forest Stewardship Council, Anders Hildeman, manager da Global Florestal – IKEA da Suécia, Yolanda Kakabadse, presidente do Fundo Mundial para a Natureza, Guilherme Peirão Leal, fundador e CEO da Natura Cosméticos, Zhi Lu, diretora do Centro de Natureza e Sociedade da Universidade de Pequim, Julia Marton Lefevre, diretora-geral da União Internacional para Conservação da Natureza, e Klaus Töpfer, fundador e diretor executivo do Instituto de Estudos em Sustentabilidade Avançados e ex-diretor

-
9. Convene an United Nations commission to define Key Performance Indicators on natural capital that could be integrated into Gross Domestic Product accounting.
 10. Hold an international conference on global governance in 2013.

executivo da Organização das Nações Unidas para o Ambiente (1998-2006). Os facilitadores: Benjamin Cashore, da Universidade de Yale, Michelle Kovacevic, do Center for International Forestry Research, e Edson Vidal, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz; e o moderador: James Chau, da CCTV (China).

Na internet, havia-se chegado ao seguinte resultado⁷:

1. Restaurar 150 milhões de hectares de terras desmatadas e degradadas até 2020.
2. Restaurar florestas e mangues.
3. Promover ciência, tecnologia, inovação e conhecimento tradicional a fim de enfrentar o maior desafio das florestas: como torná-las produtivas sem destruí-las.
4. Investir em silvicultura local controlada, promovendo direitos de recurso, organização, capacidade de negócios e acordos justos para a população local.
5. Os governos deveriam apoiar a agricultura florestal como uma alternativa para balancear a necessidade de alimento e lenha enquanto reduzindo a pressão sobre florestas naturais.
6. Consolidar os princípios de inclusão, transparência e responsabilização das populações locais na governança florestal.
7. Proteger a diversidade linguística para preservar o conhecimento tradicional e apoiar a conservação da biodiversidade.
8. Valorizar o carbono florestal de plantações no contexto da economia verde.
9. Apoiar condições para um quadro comum para certificação florestal e incluir no quadro de ações da Rio+20.
10. Organizar uma comissão da ONU para mobilizar o custeio público e privado para implementar ações globais do REDD+.

⁷ Tradução livre. No original:

1. Restore 150 million hectares of deforested and degraded lands by 2020.
2. Restore Forestland and Mangrove Zones.
3. Promote science, technology, innovation and traditional knowledge in order to face forests main challenge: how to turn them productive without destroying them.
4. Invest in locally controlled forestry; promoting resource rights, organization, business capacity and fair deals for local people.
5. Governments should support agroforestry as a promising alternative to balance the need for food and fuelwood whilst reducing pressure on natural forests.
6. Entrench the principles, inclusion, transparency and accountability of local peoples in forest governance.
7. Protect language diversity to preserve traditional knowledge and support biodiversity conservation.
8. Value forest carbon from forest plantations in the context of the green economy.
9. Support common framework conditions for forest certification and include it in the Rio+20 framework of action.
10. Organize a UN Commission to mobilize the necessary public and private finance to implement REDD+ actions globally.

O público elegeu a recomendação de número 3, enquanto os debatedores optaram por formular uma nova recomendação, pelo que a terceira ficou assim redigida: “desmatamento líquido zero até 2020, respeitando os direitos e conhecimentos dos povos que vivem na e da floresta e respondendo às suas necessidades de desenvolvimento sustentável”.

“Segurança Alimentar e Nutricional” foi o foco do sexto painel, que aconteceu em 17 de junho, das 18:30 às 22:00. Participaram do debate Luisa Dias Diogo, ex-primeira-ministra de Moçambique, Hortensia Hidalgo, da Rede de Mulheres Indígenas da América Latina e do Caribe para a Biodiversidade, Martin Khor, diretor executivo do South Center, Renato Maluf, coordenador do Centro de Segurança Alimentar da UFRRJ, Marco Marzano de Marinir, diretor executivo da Organização Mundial dos Agricultores, Esther Penunia, secretário-geral – asiáticos – da Associação de Agricultores para o Desenvolvimento Rural Sustentável, Carlo Petrini, fundador e presidente da Slow Food, Mary Robinson, diretor do Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Josette Sheeran, vice-presidente do World Economic Forum, e Vandana Shiva, diretora de pesquisa da Fundação para a Ciência, Tecnologia e Ecologia da Índia. Já como facilitadores, participaram John Ingram, da Universidade de Oxford, e Elisabete Salay, da Unicamp, e como moderador: Paulo Prada, da Reuters.

Destaca-se os tópicos mais votados virtualmente⁸:

1. Promover sistemas alimentares que sejam sustentáveis e que contribuam para a melhoria da saúde.
2. Eliminar a subnutrição decorrente da miséria e da pobreza.
3. Desenvolver políticas para estimular a produção sustentável de alimentos direcionadas a produtores e consumidores.
4. Estabelecer programas para antecipar e prevenir desafios da segurança alimentar relacionados à mudança climática e a desastres naturais.

⁸ Tradução livre. No original:

1. Promote food systems that are sustainable and contribute to improvement of health.
2. Eliminate misery and poverty-rooted malnutrition.
3. Develop policies to encourage sustainable production of food supplies directed to both producers and consumers.
4. Establish programmes to anticipate and prevent food security challenges related to climate change and natural disasters.
5. Government programs to protect the environment should integrate food and nutrition security policies.
6. Promote integrated planning and greater cross-system coherence across the global food security agenda, based on closer coordination between the food, energy, water and environmental policy sectors.
7. Promote alternative crops for tobacco monoculture to ensure health, food sovereignty and decent jobs.
8. Promote collaboration between government and the private sector to encourage more equitable and sustainable consumer choices.
9. Plan in advance for demographic changes.
10. Promote engagement of the private sector in policymaking related to sustainable food systems.

5. Programas governamentais para proteger o ambiente deveriam contemplar políticas de segurança alimentar e nutricional.
6. Promover planejamento integrado e maior coerência entre sistemas na agenda global sobre segurança alimentar, baseada em coordenação mais próxima entre políticas de comida, energia, água e ambiente.
7. Promover culturas alternativas para a monocultura do tabaco, visando garantir a saúde, a soberania alimentar e empregos decentes.
8. Promover a colaboração entre governo e setor privado para estimular escolhas mais equitativas e sustentáveis dos consumidores.
9. Planejar antecipadamente para mudanças demográficas.
10. Promover o engajamento do setor privado na formulação de políticas relacionadas com os sistemas alimentares sustentáveis.

Aqui, a escolha da audiência foi pela recomendação 3, sendo que os painelistas condensaram várias das ideias debatidas (cujas preocupações rondavam sobretudo em torno da própria falta de acesso aos alimentos e da necessidade de empoderamento das mulheres) em um novo tópico, que resultou mais ou menos assim: “Eliminar a miséria e a pobreza, empoderando mulheres, pequenos agricultores, jovens produtores e povos indígenas, garantindo seu acesso à terra, água e sementes, bem como sua plena participação nas políticas públicas de tomada de decisão sobre a produção de alimentos e segurança alimentar e nutricional”.

No sétimo painel, “Energia Sustentável para Todos” norteou os debates, que ocorreram no dia 18 de junho, das 10:00 às 13:30. Os convidados foram Kornelis Blok, fundador do Ecofys Group, Brian Dames, diretor executivo da Eskom, Vasco Dias, presidente da Raízen, Sandrine Dixson-Decleve, diretora do Escritório Europeu do Programa de Sustentabilidade e Liderança da Universidade de Cambridge e vice-diretora da Plataforma Tecnológica de Biocombustíveis, Christine Lins, secretária executiva da REN21, Thomas Nagy, vice-presidente da Novozymes, Sheila Oparaocha, secretária executiva da ENERGIA, Luiz Pinguelli Rosa, diretor da COPPE-UFRJ e secretário executivo do Forum Brasileiro de Mudança do Clima, Jose Vargas Lleras, vice-presidente para América Latina e Caribe do Conselho Mundial de Energia e presidente da CODENSA S.A., e Changhua Wu, diretora da Greater China – The Climate Group. Como facilitadores, estiveram presentes Stephane Evoy, da Universidade de Ibrahim Rehman, da The Energy and Resources Institute, e José Carlos Verle Rodrigues, da UEA, e, como moderador, James Astill, do The Economist.

As dez recomendações levadas sobre esse tema⁹:

1. Tomar medidas concretas para eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis.
2. Educar as pessoas sobre eficiência energética.
3. Estabelecer metas ambiciosas rumo à energia renovável.
4. Estimular a construção de prédios com eficiência energética e renovar os prédios existentes
5. Promover o uso de energia sustentável e o acesso à energia como política pública de saúde.
6. Estimular o uso de bicicletas.
7. Fazer cumprir os regulamentos que exigem economia de energia em todos os automóveis novos.
8. Dar incentivos tributários ambiciosos para a aquisição de produtos de energia eficiente.
9. Requerer “etiquetas ecológicas” nos produtos com informações claras sobre a eficiência energética do produto.
10. Criar incentivos para estimular o trabalho em casa.

Com relação a este tema, o público lá presente concentrou seus votos no número 3 e os debatedores optaram por estabelecer uma nova recomendação: “incrementar investimentos e vontade política para garantir acesso universal, igualitário e barato a serviços de energia sustentável para todos até 2030”.

No dia 18 de junho, das 14:30 às 18:00, “Água” foi o tema do oitavo diálogo, que contou com os debatedores David Boys, representante dos Prestadores de Serviços em Água, Benedito Braga, professor da USP e vice-presidente do Conselho Mundial de Água, Albert Butare, diretor executivo da Africa Energy Services Group, Dyborn Chibonga, diretor executivo da Associação Nacional do Malawi de Pequenos Produtores Rurais, Mirna Cunningham, diretora do Forum Permanente das Nações Unidas para Populações Indígenas,

⁹ Tradução livre. No original:

1. Take concrete steps to eliminate fossil fuel subsidies.
2. Educate people about energy efficiency.
3. Establish ambitious targets for moving towards renewable energy.
4. Incentivize the construction of energy efficient buildings and revamp existing ones.
5. Promote the use of sustainable energy and energy access as a public health policy.
6. Encourage the use of bicycles.
7. Enforce regulations requiring energy-saving features on all new automobiles.
8. Give ambitious tax incentives for the acquisition of energy-efficient products.
9. Require “ecolabels” on products with clear information about the product’s energy efficiency.
10. Create incentives to encourage work from home.

Loïc Fauchon, presidente do Conselho Mundial de Água, Ania Grobicki, secretária executiva da Global Water Partnership, Jeff Seabright, vice-presidente de recursos hídricos e ambientais da Coca-Cola, Shantha Sheela Nair, ex-secretária nacional do Departamento de Água Potável do Ministério do Desenvolvimento Rural da Índia, e Muhammed Yunus, fundador do Banco Grameen e prêmio Nobel da paz. O painel contou, ainda, com os facilitadores Francisco Barbosa, da UFMG, Blanca Jimenez Cisneiros, da UNAM, e Annette Huber-Lee, do Instituto de Meio Ambiente de Estocolmo, e com o moderador Lucia Newman, da Al Jazeera.

As dez recomendações mais votadas, que chegaram até lá, foram as seguintes¹⁰:

1. Assegurar o fornecimento de água por meio da proteção da biodiversidade, dos ecossistemas e das fontes de água.
2. Promover o uso sustentável da água e a saúde. As pessoas precisam de acesso à água sustentável e à higiene para garantir o crescimento sustentável de uma nação.
3. Implementar o direito à água.
4. Colocar a água no centro das futuras metas de desenvolvimento.
5. Reforçar a importância do uso integrado de água, energia e terra, planejando e gerenciando em todas as escalas.
6. Melhorar as instalações de água e saneamento para garantir a educação das crianças.
7. Construir uma visão comum e adotar um plano de ação em nível global relativo ao gerenciamento do desperdício de água.
8. Adotar políticas globais mais ambiciosas para tratar das necessidades de água e saneamento.
9. Expandir e fortalecer mecanismos globais para o monitoramento da água, saneamento e higiene.
10. Fortalecer os mecanismos de financiamento solidário.

¹⁰ Tradução livre. No original:

1. Secure water supply by protecting biodiversity, ecosystems and water sources.
2. Promote sustainable water usage and health. People need access to sustainable water and hygiene to ensure the sustainable growth of a nation.
3. Implement the right to water.
4. Put water at the heart of future development goals.
5. Assert the importance of integrated water, energy and land-use planning and management at all scales.
6. Improve water and sanitation facilities to ensure the education of children.
7. Build a common vision and adopt an action plan at the global level regarding wastewater management.
8. Adopt more ambitious global policies to address water and sanitation needs.
9. Expand and strengthen global mechanisms for the monitoring of water, sanitation and hygiene.
10. Strengthen solidary financing mechanisms.

O maior número de votos do público presente a esse diálogo foi para a recomendação 3, enquanto dos painelistas foi para a 5.

O nono painel foi centrado em “Cidades Sustentáveis e Inovação”. Nesse dia 18 de junho, das 18:30 às 22:00, estiveram debatendo: Nawal Al-Hosany, diretora de sustentabilidade da Masdar, Alejandro Aravena, arquiteto e diretor executivo da Elemental, Shigeru Ban, arquiteto e diretor executivo da Shigeru Ban Architets, Barry Bergdoll, curador-chefe de Design e Arquitetura do Museu de Arte Moderna de Nova York, David Cadman, presidente da Local Governments for Sustainability, Oded Grajew, presidente emérito do Instituto Ethos, Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba e ex-governador do estado do Paraná, Enrique Ortiz, ex-presidente da Habitat Coalition International, Khalifa Sall, prefeito de Dacar, e Janice Pearlman, presidente da Mega Cities Project. Ricardo Caruana, da Escola da Cidade, Olivier Coutard, da École des Ponts Paris Tech, e Winnie Mitullah, da Universidade de Nairobi, foram os facilitadores, e André Trigueiro, da TV Globo, foi o moderador.

Neste caso, os itens mais votados foram¹¹:

1. Promover o uso do lixo como fonte energia renovável em ambientes urbanos.
2. Governos locais deveriam garantir a eficiência energética na entrega de serviços e promover o consumo sustentável.
3. Planejar antecipadamente a sustentabilidade e a qualidade de vida nas cidades.
4. Cidades e escolas deveriam desenvolver redes para aprendizado e trabalho conjunto rumo ao desenvolvimento sustentável.
5. Promover o engajamento de comunidades locais para melhorar o ambiente físico e social nas cidades.
6. Promover padrões globais de sustentabilidade para as cidades.
7. Promover cultura, diversidade e criatividade como elemento central para a construção de cidades sustentáveis.

¹¹ Tradução livre. No original:

1. Promote the use of waste as a renewable energy source in urban environments.
2. Local governments should ensure energy-efficient delivery of services and promote sustainable consumption.
3. Plan in advance for sustainability and quality of life in cities.
4. Cities and schools should develop networks to learn and work together towards sustainable development.
5. Promote the active engagement of local communities to improve the physical and social environment in cities.
6. Promote global standards of sustainability for cities.
7. Promote culture, diversity and creativity as a core element to build sustainable cities.
8. The design of urban spaces should take into account the empowerment of local communities.
9. Promote opportunities for direct dialogues among government, citizens, enterprises, NGOs and schools.
10. Support the role of sustainable cities as an open laboratory for innovation towards sustainable development.

8. O desenho dos espaços urbanos deve levar em conta o fortalecimento das comunidades locais.
9. Promover oportunidades para diálogos diretos entre governo, cidadãos, empresas, ONGs e escolas.
10. Apoiar o papel de cidades sustentáveis como um laboratório aberto a inovações rumo ao desenvolvimento sustentável.

O público elegeu a recomendação 3, mas os painelistas, insatisfeitos, de modo geral, com as recomendações disponíveis, se comprometeram a redigir um novo tópico que sintetizasse os assuntos mais debatidos.

Por fim, o décimo painel, em 19 de junho, das 10:00 às 13:30, tratou dos “Oceanos”. Os debatedores foram Arthur Bogason, presidente da Associação Nacional da Islândia de Proprietários de pequenas embarcações, Biliana Cicin-Sain, presidente do Forum Global sobre Oceanos, Costas e Ilhas, Jean Michel Cousteau, presidente da Ocean Futures Society, Sylvia Earle, fundadora da Fundação Mission Blue, Segen Farid Estefen, professor da COPPE/UFRJ, Robin Mahon, professor da Universidade de West Indies, Margareth Nakato, do Forum Mundial de Pescadores, Ussif Rashid Sumaila, diretor do Centro de Pesca e Unidade de Pesquisa em Economia Pesqueira da Universidade da British Columbia, Shaj Thayil, vice-presidente de Serviços Técnicos do Porto de Singapura, e Asha de Vos, bióloga marinha doutoranda na Universidade de Western Australia. Já os facilitadores, foram José Maria Landim Dominguez, da Universidade Federal da Bahia, John Field, da Universidade da Cidade do Cabo, e Yoshimi Suenaga, da Universidade de Tóquio para Ciência Marinha e Tecnologia, enquanto o Philippe Cousteau, da CNN francesa foi o moderador.

As dez recomendações mais votadas pela internet foram as que se seguem¹² (estas, indisponíveis na ordem das mais votadas):

¹² Tradução livre. No original:

- Launch a global agreement to save high seas marine biodiversity.
- Develop a global network of international marine protected areas.
- Expand and implement international institutional arrangements to protect the marine environment from land-based activities.
- Promote the creation of Marine Protected Areas designed and co-managed by artisanal fishers as a suitable tool to ensure marine governance and the sustainability of fisheries resources worldwide.
- Fishery management should be ecosystem-based, making allowance for the needs of all components of the ecosystem, including predators.
- Fishery management procedures should be agreed among stakeholders whenever possible, with management measures agreed in advance under realistic scenarios of future ecological and fishery conditions for several years.
- Create global ocean governance mechanisms to preserve biodiversity and genetic resources in a scenario of growing nationalization of the marine environment.

- Lançar um acordo global para salvar a biodiversidade de alto mar.
- Desenvolver uma rede global de áreas de proteção marinha internacionais.
- Expandir e implementar arranjos internacionais institucionais para proteger o ambiente marinho de atividades terrestres.
- Promover a criação de áreas de proteção marinha desenhada e co-gerenciada por pescadores artesanais como ferramenta sustentável para garantir a governança marinha e a sustentabilidade dos recursos de pesca ao redor do mundo.
- O gerenciamento da pesca deveria ser baseado no ecossistema, admitindo as necessidades de todos os componentes do ecossistema, incluindo predadores.
- Os procedimentos de gerenciamento da pesca deveriam ser acordados entre acionistas sempre que possível, com medidas de gerenciamento acordadas antecipadamente sob cenários realistas das condições ecológicas e de pesca futuras por diversos anos.
- Criar mecanismos de uma governança global de oceanos para preservar a biodiversidade e recursos genéticos em um cenário de crescente nacionalização do ambiente marinho.
- Evitar a poluição dos oceanos por plásticos por meio da educação e da colaboração comunitária.
- Proteger os oceanos por meio da adoção de uma Carta Universal de Responsabilidades nas Nações Unidas.
- Acompanhar e promover a pesquisa coordenada internacional sobre acidificação dos oceanos e seus efeitos na vida marinha e ecossistemas.

A preferência online foi pela indicação da recomendação “Evitar a poluição dos oceanos por plásticos por meio da educação e da colaboração comunitária”. Depois, pela plateia, veio “Lançar um acordo global para salvar a biodiversidade de alto mar”, seguida pela recomendação dos especialistas, que fundiram dois dos tópicos: Desenvolver uma rede global de áreas marinhas protegidas internacionais; e a criação de mecanismos de governança global dos oceanos para preservar a biodiversidade e os recursos genéticos em um cenário de crescente nacionalização do ambiente marinho.

-
- Avoid ocean pollution by plastics through education and community collaboration.
 - Protect the Oceans by adopting a Charter of Universal Responsibilities at the United Nations.
 - Monitor and promote international coordinated research on ocean acidification and its effects on marine life and ecosystems.

Explicado o procedimento e exposta grande parte dos resultados obtidos por meio dele, passa-se à análise de aspectos muito relevantes em experiências que se presume democráticas, como essa.

2 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

No contexto deste artigo, como se infere da estrutura que se explicou anteriormente, impossível não estabelecer uma forte conexão da experiência ocorrida durante os Diálogos pelo Desenvolvimento Sustentável com o instrumento das audiências públicas.

É bastante costumeiro tratar delas enquanto forma de concretização da democracia participativa, pois acabam por constituir um espaço no qual os cidadãos, em geral representados, já que as democracias são, majoritariamente, representativas, ganham voz para tentar influenciar diretamente nas decisões tomadas, não perdendo tal poder após o momento do voto.

As audiências públicas são abertas a toda a população interessada no assunto a ser tratado, evitando a diferenciação e exclusão desmotivada. Por isso é que qualquer indivíduo no mundo pôde se inscrever para participar dos painéis, embora, como acontece em qualquer audiência pública, nem todos tenham conseguido espaço para fala, devido às limitações impostas pelo tempo disponível.

Outro aspecto comumente observado em audiências públicas é a forte participação de especialistas na questão tratada, o que abre espaço, então, para uma leve influência da tecnocracia. No caso da experiência ora relatada, esse aspecto foi amplamente observado, por meio da participação dos debatedores com direito de eleger uma recomendação.

Entretanto, um dos aspectos de maior relevância e que merece grande destaque nestes escritos é o justamente o da possibilidade de um diálogo democrático entre população e governantes. Veja-se a consideração de César (2011, p. 359):

Sem dúvida, esse diálogo democrático, promovido entre os atores sociais, torna mais fácil a solução do conflito social. Com a participação de todos, é mais fácil encontrar um caminho que, se não agrada a todos, pelo menos valorizou o diálogo social, os envolvidos tiveram a possibilidade de participação no debate e na construção de alternativas para solucionar o problema que os aflige.

Esclareça-se que nas audiências públicas, os órgãos públicos não se submetem à vontade da sociedade, mas estão abertos para ouvir a todos e também colaborarem na busca de uma solução que traga menos traumas.

As últimas palavras por ele trazidas constituem o foco das preocupações que devem cercar esse tipo de iniciativa, já que não basta que seja realizada uma audiência, haja debates e depois tudo isso seja esquecido. Muito embora as decisões fruto dos debates sociais não sejam vinculantes, sua observância, ainda que para, fundamentadamente, rejeitá-las, é indispensável. Nesse sentido, interessante a ponderação de Oliveira (1997, p. 157):

Entretanto, para ser considerado um mecanismo cooperativo útil, tudo aquilo que foi discutido em sede de audiência pública deve ser considerado pelo órgão administrativo “decididor”. A concordância dos cidadãos com os provimentos emitidos pelos centros administrativos competentes - pois seus pleitos, opiniões e sugestões foram ao menos apreciados - acarretará uma maior eficácia das decisões administrativas, bem como uma maior legitimidade do poder estatal.

Portanto, surge aqui a primeira ressalva para os acontecimentos da Rio+20: perde-se seu propósito se os ricos debates ocorridos ficarem apenas como uma lembrança da experiência democrática que poderia ter sido.

3 INCLUSÃO DIGITAL

Quando o principal meio de participação popular é oferecido através de ferramentas na internet, naturalmente surge a dúvida do real caráter da experiência, tendo-se em vista que tal participação fica condicionada à possibilidade de cada um de acesso à internet. Assim, necessária uma breve incursão na atual situação da inclusão / exclusão digital.

No caso específico do Brasil, os dados mais recentes fornecidos pelo IBGE infelizmente datam do ano de 2005, porém já nos dão um indicativo do baixo potencial representativo que as ferramentas digitais de participação ainda oferecem. Segundo dados desse instituto (IBGE, 2007), 32,1 milhões de pessoas com 10 anos ou mais utilizam a internet no país, o que representa cerca de 21% da população com essa faixa etária. Esse déficit fica ainda mais evidente se considerado o perfil geral dos que tem acesso à internet.

A mesma pesquisa referida fornece os seguintes dados: “os internautas tinham em média 28 anos de idade, 10,7 anos de estudo e um rendimento médio mensal domiciliar per capita de R\$1.000,00”; o percentual dos internautas do sexo masculino (22%) ficou ligeiramente acima do das internautas (20,1%); há distinções claras entre os números por região – “Os percentuais de pessoas que acessaram a rede nas Regiões Norte (12,0%) e Nordeste (11,9%) foram inferiores aos verificados nas Regiões Sudeste (26,3%), Sul (25,6%)

e Centro-Oeste (23,4%). O maior percentual de internautas foi encontrado no Distrito Federal (41,1%), sendo que este resultado ficou distanciado dos dois seguintes, que foram os de São Paulo (29,9%) e Santa Catarina (29,4%). No outro extremo, os menores valores desse indicador foram os de Alagoas (7,6%) e Maranhão (7,7%)”; dentre as pessoas com 15 ou mais anos de estudo, 76,2% acessavam a internet; 35,9% dos estudantes era internauta; entre os profissionais das ciências e das artes, 72,8% acessavam a internet, número que ficava em 47,7% entre militares e servidores públicos.

Outro fator importante, que deve ser levado em consideração, é o fato de que foram considerados como tendo acesso à rede aqueles que “acessaram pelo menos uma vez a Internet em algum local - domicílio, local de trabalho, estabelecimento de ensino, centro público de acesso gratuito ou pago, domicílio de outras pessoas ou qualquer outro local - por meio de microcomputador”.

Pode-se verificar uma tendência de grande crescimento nesses números por meio de informações divulgadas pelo IBOPE Nielsen online, embora se trate de pesquisa desenvolvida por meio de outra metodologia – ainda assim os parâmetros são semelhantes aos descritos acima. Nela (IBOPE, 2011), constata-se que no segundo trimestre de 2011, o acesso à internet em qualquer desses ambientes atingiu 77,8 milhões de usuários.

Trazendo o levantamento para nível mundial, é possível utilizar dados de 2011 divulgados pela ONU (R7, 2011), segundo os quais cerca de 2 bilhões usam a internet, representando, então, em torno de 30% da população mundial. Entretanto, mesmo aqui é perceptível a distinção no acesso relativa a faixa etária, nível de escolaridade, classe econômica, etc. Mas, globalmente, há ainda outro agravante: a distribuição desigual de acordo com o país analisado.

Assim, entrevê-se um perigo que está batendo à porta do mundo globalizado que faz uso dos instrumentos virtuais: o surgimento de uma elite que não vê fronteiras nacionais, mas que, por ter a sua disposição os meios modernos de comunicação, difusão e agora, quiçá, participação, tem em suas mãos uma nova forma de poder. Bauman (2003, p. 53) destaca as principais características daqueles que viriam a formar as elites da cibercultura: “Seu mundo não tem outro endereço permanente que não o e-mail e o número do telefone celular. A nova elite não é definida por qualquer localidade: é em verdade e plenamente extraterritorial”.

Logo, a partir dos dados mostrados e tendo em consideração que a internet pode estar se tornando a mais nova forma de dominação, por meio, inclusive, da formação de elites globalizadas, há que se ter cuidado com a utilização das vias digitais enquanto forma de democratização da participação popular, sob pena de, até mesmo, criar-se uma falsa

legitimação de decisões sob o argumento da democracia em sua tomada, quando, em verdade, não se teve democracia quantitativa nem muito menos qualitativa.

Ademais, a questão da inclusão digital de comunidades tradicionais, as quais foram foco de muitas das recomendações e debates, bem como a quem muito interessa que o desenvolvimento seja feito de forma sustentável para evitar, até mesmo, sua extinção, é bastante controversa. As divergências podem ser explicadas quase em sua totalidade pela contraposição do direito fundamental de acesso às tecnologias – e, nessa medida, acesso que deveria ser garantido a todos, sem exceção – com o risco de macular a identidade cultura de tais comunidades.

Tais controvérsias à parte, o fato é que, embora no Brasil as comunidades tradicionais possam “fazer uso comercial da internet, empregando-a para a divulgação (devidamente respeitados os direitos de propriedade intelectual) de alguns produtos naturais ou manufaturados” (COLAÇO; SPAREMBERGER, 2010, p. 221), o acesso à rede que já é pouco para a sociedade em geral, é ainda menos disponível para essas comunidades, significando sua participação quase que insignificante, isto é, que está podada a sua possibilidade de manifestação em que o tipo de relação “é horizontal, em que todos são membros fundamentais como produtores e receptores de conhecimento” (COLAÇO; SPAREMBERGER, 2010, p. 212).

A discussão voltada especificamente para o caso dos Diálogos ocorridos durante a Rio+20, relativa a sua democracia (ou não), sobretudo no que concerne à utilização da internet como ferramenta de participação, será melhor realizada no item a seguir, adiantando-se, no entanto, que este pode ser um importante primeiro passo para uma quebra de paradigma na forma de deliberação das questões internacionais.

4 A DEMOCRACIA A PARTIR DOS DIÁLOGOS NA RIO+20

A democracia já passou por inúmeras concepções e perspectivas, tendo experimentado, logicamente, diversas mutações. Atualmente, o mundo se encontra em um momento confuso, no qual seu conceito e concretização são difusos e multifacetados. O desafio, pois, é cada vez maior, mesmo que se trate do âmbito interno dos Estados-nação, e Sartori (1994, p. 18) bem destaca o risco que se apresenta:

O pensamento otimista era que ‘esta acepção de democracia como a forma mais elevada de organização política ou social é sinal de uma concordância básica quanto às metas supremas das modernas instituições sociais e políticas’. Mas o fato simplesmente era, e continua sendo, que a *democracia* se transformou numa palavra universalmente honorífica. Claro, as palavras que usamos são reveladoras: *nomina numina*, nomes são divindades. Apesar disso, devemos tomar cuidado para que a democracia não se reduza a uma simples armadilha verbal. (grifo no original)

Necessário, então, fixar bem claramente as premissas e o que se pretende atingir por meio da democracia, evitando-se que esta se reduza a tal armadilha verbal e, assim, ainda pior, em meio legitimador para ações e omissões arbitrárias dos governantes – em tese, representantes do povo. Logo, tratar dos seus princípios fundantes é essencial:

A doutrina clássica acerca da democracia elege como seus princípios fundadores a maioria numérica, a igualdade e a liberdade. Para autores como José Afonso da Silva, porém, esta conceituação principiológica deve ser reelaborada, pois a maioria seria apenas uma técnica de tomada de decisões, não constituindo um princípio, o mesmo acontecendo com a igualdade e a liberdade, que seriam valores democráticos. Com efeito, o princípio da maioria entendido como o modo de se tomar as decisões governamentais, não representa a maioria do povo e sim a minoria que detém o poder. (ALBUQUERQUE; MOREIRA, 2005, p.84)

Assim, uma visão que se tem muito comumente e principalmente no senso comum, que é a da identificação da democracia com a maioria, deve ser afastada, entendendo-se que a democracia não é “um mero conceito político abstrato e estático, mas é um processo de afirmação do povo e de garantia dos direitos fundamentais que o povo vai conquistando no correr da história” (SILVA, 2005, p. 127). Indo além, deve-se sempre ter em mente, que ela precisa ser contextualizada, pelo que, atualmente, essencial analisar aspectos como a modernidade líquida, explicitada por Bauman e, nesse sentido:

Urge, nos tempos da modernidade líquida, aprofundar o método normativoestruturante, ou seja, aquele que se pauta na efetivação da norma à luz de sua realidade social. Porém, dotando-o da perspectiva da *práxis* em que o princípio da comunidade prevaleça sobre os princípios do mercado e do Estado, no sentido do aperfeiçoamento do viés emancipatório por meio da autolimitação dos cidadãos. (GONÇALVES, 2012)

Para tanto, indispensável a participação efetiva do povo e, logicamente, também a consideração dele na tomada de decisões dos governantes. Dessa afirmação, emergem duas questões cruciais na análise da democracia: as indagações acerca de quem é esse povo a que se refere e de como ele pode participar dos debates e das tomadas de decisão.

Sobre o primeiro aspecto, impossível deixar de mencionar Müller (2000) e suas ponderações relativas às quatro manifestações do povo: o povo ativo, o povo como instância

global de atribuição de legitimidade, o povo como ícone e o povo como destinatário de prestações civilizatórias do Estado. Já sobre o segundo aspecto, há que se tratar das diferentes formas de sistematização da democracia, dentre as quais se costuma destacar a representativa, a participativa e a deliberativa. Não cabe aqui aprofundar nenhum dos dois, os quais já possibilitariam, cada um, estudos bastante aprofundados. Por conseguinte, faz-se apenas o destaque de tais reflexões, para que sejam levadas em consideração durante a leitura das ponderações que serão feitas a seguir.

Tratando especificamente da experiência dos Diálogos pelo Desenvolvimento Sustentável, ocorrida durante a Rio+20, observa-se a tentativa de inserção de instrumentos típicos da democracia participativa e da democracia deliberativa em um âmbito que é tradicionalmente regido pela representação.

No direito internacional, são os chefes de Estado (ou, em muitas ocasiões, representantes diplomáticos deles) que decidem os rumos a serem tomados e os tratados a serem firmados. Independentemente do regime de governo e da forma de Estado adotada por cada país, entende-se que são os chefes de Estado os representantes daquela nação (por óbvio, de onde se deve entender também de seu povo) perante a comunidade internacional. Assim, vê-se a forte tendência representativa existente, desde os tempos da formação dos Estados-nação, no plano internacional.

A iniciativa inovadora do governo brasileiro, por meio do Itamaraty, inaugura uma tentativa de maior participação direta dos cidadãos, o que faz até bastante sentido diante das modificações ocorridas ao longo da história internacional, no sentido de que os indivíduos passaram em ser entendidos, por si só, enquanto sujeitos de direito internacional, já que capazes de reivindicar seus direitos nesse âmbito, independentemente de representação. Aliás, o engajamento popular é essencial principalmente em temas relacionados à sustentabilidade¹³, os quais precisam de ações locais e individuais para tornar viáveis os resultados globais.

Pode-se, até mesmo, procurar uma relação entre essa iniciativa e a crescente resistência das pessoas em aceitarem passivamente as decisões unilaterais de seus governos:

Da desestruturação do aparato governamental dos países em desenvolvimento, surge a repulsa à arbitrariedade, ao conformismo, à subserviência; mesmo que o poder ainda não esteja de fato nas mãos do povo, a sociedade civil encontra-se ainda com setores com poder de organização, surgindo assim a busca a uma democracia mais direta, com alcance político devido, resultando numa verdadeira revolução da estrutura vigente e do Estado em si. Busca-se o estreitamento dos laços entre

¹³ Utiliza-se aqui a palavra “sustentabilidade” porque é a que, atualmente, sintetiza as ideias trazidas e, sobretudo, porque foi a escolhida pelo evento. Em trabalho futuro, discutir-se-á que essas ideias devem ser perenes, independentemente da nomenclatura corrente.

Governo e Povo, este último entendido em três dimensões: jurídica, política e sociológica. (ALBUQUERQUE; MOREIRA, p. 87)

Foi nesse sentido que o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, procurou destacar a importância da contribuição dos cidadãos:

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, destacou hoje (15/06) a contribuição popular para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) através dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, durante seu discurso na abertura da Cúpula dos Povos, no Aterro do Flamengo, zona sul do Rio de Janeiro. O projeto é uma iniciativa do Governo brasileiro e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que busca aumentar a participação da sociedade civil na Conferência (RIO+20, 2012b).

Quanto à forma em que foram estruturados, percebe-se que as diferentes etapas do processo dos diálogos podem ser relacionadas às distintas formas de participação popular que têm sido tentadas nos âmbitos internos. No entanto, de forma breve e sucinta, vê-se uma relação direta entre o funcionamento dos diálogos e o funcionamento de audiências públicas, conforme se extrai da comparação entre as descrições feitas nos tópicos “Descrição do Procedimento e Resultados dos Diálogos pelo Desenvolvimento Sustentável na Rio+20” e “Audiências Públicas”.

Já relativamente à efetividade dessa tentativa de democracia em âmbito mundial, retoma-se a discussão iniciada no tópico “Inclusão Digital”. É certo que os debates foram abertos à participação popular também presencialmente, tendo o público, por essa via, possibilidade de escolha de uma das recomendações a serem encaminhadas, porém, todo o procedimento inicial de escolha das sugestões e de votação da primeira recomendação a ser escolhida, bem como o pedido de participação presencial, passaram por um processo realizado integralmente na internet, o que amplia as preocupações levantadas no tópico sobre a inclusão digital.

Outro ponto que pode suscitar dúvidas é a forma de participação e, sobretudo, de escolha dos debatedores em cada um dos painéis. Este aspecto pode ser comparado à tecnocracia, posto que esta trabalha com a lógica da decisão pelos “técnicos” (pessoas que detêm o conhecimento sobre o assunto em questão). Destaca-se aqui uma das críticas possíveis de serem debatidas em torno da tecnocracia, que é justamente a questão de quem pode ser considerado o conhecedor digno de ser escolhido o “representante técnico” do povo. No caso dos Diálogos, informou-se que a escolha se deu por decisão do governo brasileiro, mas fruto de uma ampla consulta feita com agências da ONU e grandes ONGs, sendo que a

finalização levou em consideração o balanceamento de representação por critérios geográficos e de gênero. Vale um parêntese para ressaltar que os moderadores, que acabam por também muito influenciar no andamento das discussões, foram escolhidos dos maiores grupos de mídia do mundo.

Pelo menos, afasta-se aqui em grande parte a crítica sobre a possibilidade de se tornar meramente um novo tipo de autoritarismo, a nosso ver por alguns motivos, dentre os quais vislumbra-se: o poder de escolha deles se restringia à escolha de apenas uma das três recomendações a serem encaminhadas; a escolha se deu entre pessoas que militam nas respectivas áreas debatidas e, por isso, grande parte delas atuam em organizações e, assim, representam mais do que apenas suas opiniões pessoais ou suas conclusões profissionais; e durante os painéis foi possível observar que a maioria procurava inserir nas recomendações não só o que se deliberou entre os especialistas, mas o que foi possível observar que constituía demanda da população mundial e de minorias pouco representadas.

Portanto, vê-se que, embora passível ainda de muitas críticas, a iniciativa de realização dos Diálogos pelo Desenvolvimento Sustentável representou um bom primeiro passo para maior democratização das decisões em âmbito internacional, tendo sido capaz de aproveitar diversas características de diferentes instrumentos democráticos.

Fica aqui, porém, o alerta do pouco aproveitamento, ao menos até o momento em que estes escritos são finalizados, da participação popular. Em que pese a afirmativa, já aqui transcrita, do Ministro Patriota, as falas de autoridades posteriormente à realização dos Diálogos e ao fechamento do documento oficial da Conferência, vão de encontro a esse espírito inicial, conforme se depreende das duas declarações a seguir, datadas, respectivamente, de 17 e 18 de junho:

Questionada sobre a possibilidade de as recomendações dos ‘Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável’ serem incluídas no documento final “O Futuro que Queremos”, Pascale explicou que elas serão encaminhadas aos Chefes de Estado como uma manifestação da sociedade civil, mas que será tarde para mudar o documento, até pela natureza mais genérica das recomendações. (RIO+20, 2012c)
Na avaliação do Presidente do World Resources Institute, Manish Bapna, o documento final da Rio+20 será o que é politicamente possível para o futuro, mas que as recomendações que ficarão registradas pelos Diálogos são o que o mundo considera necessário. (RIO+20, 2012d)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar como se deram os Diálogos pelo Desenvolvimento Sustentável na Rio+20 (e antes dela, posto que a preparação, já com participação popular, começou bem antes da Conferência propriamente dita) e fazer uma breve análise de alguns instrumentos da democracia, como as audiências públicas, e de algumas formas pelas quais ela pode se manifestar, como a tecnocracia, tornou-se possível abordar a democracia a partir dos próprios Diálogos.

Percebe-se que os desafios enfrentados pelos países que procuram instituir a democracia internamente são ampliados quando se resolve aceitá-los em âmbito internacional. As críticas e dúvidas, principalmente sobre o quem e o como na participação e nas deliberações, são exponenciadas quando se enfrenta uma tentativa de representação de mais de 6 bilhões de pessoas.

Responder a questões sobre como conseguir a participação da população mundial e sobre que interesses acabam sendo levados a cabo na eleição de recomendações é quase impossível. Porém, o que se viu é que houve uma primeira abordagem, exitosa em diversos aspectos, embora precise ser melhorada em vários outros.

Louvável a iniciativa de abertura de um espaço para se ouvir as demandas desses novos sujeitos de direito internacional, os indivíduos, mas desde que isso não se torne um engodo legitimador de decisões políticas, como tanto já se viu nacionalmente ao longo da história da humanidade.

Assim, elogiável que se tenha oportunizado o envio de trinta recomendações da população mundial aos chefes de Estado.

Claro que este breve estudo não foi capaz de entrar em todas as minúcias cabíveis neste tema tão complexo e profundo, no entanto, elogiável, também, que se tenha conseguido mesclar com sucesso tantos elementos democráticos nessa experiência, como a iniciativa popular – apesar de não tratada diretamente neste artigo, presente na possibilidade de sugestões iniciais de recomendações a serem votadas), a audiência pública – no formato em que se deram os painéis –, a tecnocracia – por meio do convite de pessoas reconhecidamente conhecedoras dos assuntos tratados, que chegaram até a representar os indivíduos, visto que tiveram possibilidade de eleger dez dos tópicos –, a democracia direta – já que as pessoas puderam votar por si –, e a democracia deliberativa – pois, embora o critério final tenha sido a maioria, as votações durante os Diálogos foram sempre precedidas de debates.

Ficam, ainda, entretanto, as críticas construtivas que não se pode furtar de fazer. A ideia da utilização da internet é muito boa, na medida em que essa ferramenta demonstra grande potencialidade de atingir enorme número de pessoas. Porém, aqueles que sempre estiveram marginalizados no que tange ao acesso a direitos e garantias fundamentais, apenas muito excepcionalmente têm acesso a esse meio, abrindo um perigoso espaço para que a experiência democrática no âmbito internacional seja, em verdade, apenas mais um instrumento de dominação dos sempre dominadores. Portanto, o uso da internet é extremamente benéfico, sobretudo porque não existe outra ferramenta, atualmente, capaz de atingir tamanho número de pessoas, no entanto, a exclusão digital (assim como o analfabetismo, a fome, a miséria, etc) é o grande problema, o qual deve ser resolvido por iniciativas e soluções ainda mais amplas, que possibilitem a inclusão, vez que os excluídos sempre serão prejudicados no processo de participação.

Por fim, e talvez ainda mais preocupante, o fato de que os chefes de Estado, a quem foram destinadas as recomendações, não as levaram em consideração nem na elaboração do documento oficial (como se demonstrou que foi assumido mesmo pelas autoridades) nem em outro momento. À semelhança do que ocorre com as audiências públicas, não se está dizendo que as deliberações populares devem se tornar imposições aos governantes, mas elas devem, sim, se tornar indicações a serem tomadas em conta e, se não acatadas, necessariamente por um ato fundamentado. Se assim não for, os esforços são em vão e, conseqüentemente, desnecessários, tornando-se, aí sim, falácias democráticas legitimadoras.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Antônio; MOREIRA, Márcio Alan Menezes. A democracia no Estado Moderno: entre ambivalência e participação. **Pensar**. Fortaleza, n. 10, v. 10, p. 82-89, fev. 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CÉSAR, João Batista Martins. A audiência pública como instrumento de efetivação dos direitos sociais. **Revista do Mestrado em Direito UCB**. Brasília, n. 2, v. 5, p. 356-384, jul.-dez. 2011.

COLAÇO, Thais Luzia; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. Sociedade da informação: comunidades tradicionais, identidade cultural e inclusão tecnológica. **Direito Econômico e Socioambiental**. Curitiba, n. 1, v. 1, p. 207-230, jan./jul.2010.

GONÇALVES, Luísa Cortat Simonetti. Armadilhas da Promessa: A efetivação da democracia participativa em debate. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, XXI, 2012, Uberlândia. (no prelo)

IBGE. **IBGE contou 32,1 milhões de usuários da internet no país**. Mar 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=846&id_pagina=1&titulo=IBGE-contou-32,1-milhoes-de-usuarios-da-internet-no-pais>. Acesso em: 12 jul. 2012.

IBOPE. **Total de pessoas com acesso à internet atinge 77,8 milhões**. 09 set. 2011. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=home_materia&db=caldb&docid=C2A2CAE41B62E75E83257907000EC04F>. Acesso em: 12 jul. 2012.

MÜLLER, Friedrich. *Quem é o povo?* A questão fundamental da democracia. Trad. Peter Naumann. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de. As audiências públicas e o processo administrativo brasileiro. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 209, p. 153-167, jul./set. 1997.

R7. **ONU diz que 2 bilhões de pessoas acessam a web.** 26 jan. 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/onu-diz-que-2-bilhoes-de-pessoas-acessam-a-web-20110126.html>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

RIO DIALOGUES. **Rio+20 Dialogues: Creating the Future We Want.** Disponível em: <www.riodialogues.com>. Acesso em: 19 maio 2012.

RIO+20. **Preocupações e propostas da sociedade civil em destaque na Rio+20.** 22 jun. 2012a. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sala_de_imprensa/noticias-nacionais1/preocupacoes-e-propostas-da-sociedade-civil-em-destaque-na-rio-20>. Acesso em: 05 jul. 2012.

RIO+20. **Patriota participa da abertura da Cúpula dos Povos e destaca importância da sociedade civil na Rio+20.** 15 jun. 2012b. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/tema/documento-final/>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

RIO+20. **Reduzir documento final da Rio+20 não significa enfraquecê-lo, diz ONU.** 17 jun. 2012c. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/tema/documento-final/>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

RIO+20. **Especialistas na Rio+20 pedem desmatamento zero em 8 anos.** 18 jun. 2012d. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/tema/documento-final/>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada.** Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 1994.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.